

Diálogos entre o modernismo conservador e a política de ocupação territorial da Marcha para o Oeste: o neobandeirantismo paulista (1928–1940)

Dialogues between conservative modernism and the territorial occupation politics in the March to the West: the neobandeirantism from São Paulo (1928–1940)

Thays Fregolent de Almeida¹

Resumo. Este artigo tem o objetivo de apresentar os diálogos entre o modernismo conservador, identificado na corrente *verde-amarela*, e a política de ocupação territorial da Marcha para o Oeste, em curso durante o Estado Novo. Os nexos entre as ideias mobilizadas nos anos 1920 e os projetos e discursos dos anos 1940 serão analisados por meio da atuação intelectual e política de Cassiano Ricardo. Duas obras são essenciais nesse processo: *Martim Cereré* (1928) e *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil* (1940). Para compreensão das questões que conectam e identificam o modernismo conservador e suas ideias ao projeto de interiorização estadonovista, se faz necessário compreender não apenas suas particularidades, mas como elas foram associadas a partir do aparelhamento de intelectuais nos meios de comunicação do regime iniciado em 1937.

Palavras-chave. Modernismo conservador. Cassiano Ricardo. Estado Novo. Marcha para o Oeste.

Abstract. This article aims to present the dialogues between conservative modernism, identified in the *green-yellow* current, and the territorial occupation policy of the March to the West, in course during the Estado Novo. The links between the 1920s mobilized ideas, and the 1940s projects and discourses will be analyzed through the intellectual and political activities of Cassiano Ricardo. Two works are essential in this process: *Martim Cereré* (1928) and *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil* (1940). To understand the issues that connect and identify conservative modernism and its ideas to the Estado Novo interiorization project, it is necessary understanding not only its particularities, but how they were associated from the rigging of intellectuals in the means of communication of the regime started in 1937.

Keywords. Conservative modernism. Cassiano Ricardo. Estado Novo. March to the West.

¹Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), cujo título da dissertação é “Modernos bandeirantes, antigos interesses: a Expedição Roncador-Xingu e a conquista da fronteira Oeste (1938–1948)” (financiamento Capes). Tem pesquisa de iniciação científica com financiamento CNPq concluída, referente ao período do Estado Novo, permeando a questão indígena e a discussão historiográfica que consolidou a memória pública acerca dos bandeirantes, cujo título é “Expedição Roncador-Xingu (1943–1948): a tensão entre integrar e preservar os indígenas no Brasil Central”. ID Lattes: 2455310815891695. ORCID: 0000-0002-7559-5681. E-mail: thaysfregolent@gmail.com.

À guisa de introdução

O início da década de 1920 ficou marcado pela Semana de Arte Moderna de São Paulo, evento de grande relevância no plano cultural do país, cujo palco foi a capital paulista. O evento foi apenas o começo de um processo polissêmico e multifacetado operado por diversos intelectuais e artistas brasileiros interessados em consolidar a produção cultural do país em bases nacionais. Faz parte desse processo a delimitação de grupos modernistas com propostas e interesses distintos. É o caso do grupo *verde-amarelo*², ala conservadora do modernismo, cujos expoentes—como é o caso de Cassiano Ricardo, Cândido Mota Filho e Menotti del Picchia—procuraram fundamentar sua produção intelectual por meio do elogio à dimensão continental do território brasileiro, tomada enquanto traço de sua originalidade e enquanto fator determinante para a história do país. Mais do que isso, ao tomar o próprio território enquanto importante símbolo da nacionalidade brasileira, o movimento exaltou a épica bandeirante, tema historicamente associado à expansão territorial.

Nos primeiros anos da década de 1940, período do regime do Estado Novo (1937-1945), a questão territorial adensou grande relevância política em meio ao novo projeto de ocupação territorial da Marcha para o Oeste. Neste contexto, diversos setores intelectuais—muitos deles ligados ao modernismo conservador dos anos 1920—integraram a máquina de propaganda estadonovista, imprimindo na propaganda oficial ideias e projetos das agitadas décadas anteriores. Os expoentes do grupo modernista *verde-amarelo* procuraram imprimir um caráter positivo para o interior do país por meio da articulação entre a exaltação da nacionalidade e o esforço de valorização da história de São Paulo. O grupo não apenas elegeu o sertão enquanto elemento chave para a compreensão da realidade tanto paulista, quanto brasileira, mas também insistiu no elogio ao bandeirante—ele mesmo homem do interior—e seu protagonismo histórico ao empregar um trabalho sistemático voltado para o desbravamento e para o cotidiano no sertão (EL-DINE, 2011, p. 7).

A nova política territorial anunciada por Getúlio Vargas no ano de 1938 procurou recuperar as ideias mobilizadas por esse grupo na década de 1920 por meio da máxima bradada pelo presidente: “o verdadeiro sentido de brasiliade é a Marcha para o Oeste” (VARGAS, 1938, p. 125). A forte identificação dos modernistas da vertente *verde-amarela*, em especial Cassiano Ricardo, com o Estado Novo, acabou por proporcionar a convergência de projetos aparentemente opositos. Atuando à frente da máquina de propaganda estadonovista, Ricardo foi responsável por promover um discurso que conferia lugar central ao bandeirante na criação de um repertório político definidor de um senso de urgência na ocupação dos “vazios demográficos” do país.

A criação de um projeto nacional empenhado em amenizar as desigualdades regionais por meio da integração territorial foi responsável por dar uma nova dimensão ao Brasil de dentro e seus habitantes. Longe de ter inaugurado o interesse em torno da integração (simbólica ou material) do interior do país, o Estado Novo operou a apropriação de toda uma agenda intelectual construída no início do século XX, do qual o modernismo conservador é parte importante. O aparelhamento de uma série de intelectuais nos meios de comunicação e na máquina de propaganda oficial, foi uma importante estratégia do regime para delimitar o lugar da nova política da Marcha para o Oeste nesse processo.

²O grupo verde amarelo teve início oficialmente em 1926 por meio da publicação de um artigo de Menotti del Picchia, no *Correio Paulistano*. O artigo continha o anúncio da criação da Academia Verde-Amarela, formada por ele, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo. O objetivo principal do grupo era o “descobrimento do Brasil”, isto é, o descobrimento de sua riqueza cultural escondida pela literatura passadista e pela interpretação, considerada errônea, de outros grupos modernismos. É preciso notar que sua principal bandeira era o nacionalismo, por meio dele que se poderia interpretar o Brasil com todas as suas paisagens, climas, vegetação e raças. Sobre o assunto ver: (EL-DINE, 2017).

O fio condutor da análise sobre os diálogos entre o modernismo conservador e a política de ocupação territorial da década de 1940 se ancora na produção intelectual e na atuação política de Cassiano Ricardo. A propaganda oficial da Marcha para o Oeste teve como base ideias propostas, formuladas e reformuladas, por Cassiano Ricardo entre as décadas de 1920 e 1940, identificadas nas obras *Martim Cereré* (1928) e *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil* (1940).

Atuando na linha de frente da máquina da propaganda do Estado Novo, Ricardo foi responsável por suplantar ideias formuladas na década de 1920 para projetos em curso na década de 1940. A forte identificação desse autor com o autoritário Estado Novo permitiu a construção desses vasos comunicantes. É esse processo que se pretende desvelar.

Anos 1920: o modernismo conservador e o interesse pelo Brasil de dentro

O interesse manifestado pelo movimento modernista em torno do Brasil profundo e seus habitantes foi parte de uma agenda, tanto intelectual quanto política, consolidada em bases modernas durante as primeiras décadas do regime republicano. A partir dos anos 1920 esse tema adensou importante destaque por meio da produção intelectual sediada na capital paulista. Trata-se da produção historiográfica em torno das bandeiras do período colonial e da emergência do próprio movimento modernista. Esses dois fenômenos intelectuais, ainda que diversos, contribuíram para fomentar, no plano intelectual, o interesse e, até mesmo, uma certa obsessão pelo Brasil de dentro. Mais do que isso, a produção sediada nas tradicionais instituições da capital paulista, bem como a ala conservadora do modernismo, foi responsável pela consolidação do bandeirante enquanto importante símbolo não apenas do regionalismo paulista, mas da própria expansão territorial.

Esse crescente interesse foi alimentado por outros movimentos e produções interessados em interpretar e integrar o interior do país. Uma obra, em especial, exerceu grande impacto para o mergulho intelectual rumo ao Brasil profundo ao atribuir uma espécie de dignidade intelectual para as regiões interioranas e seus habitantes: *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha (1866–1909). Não é interesse dessas linhas compreender em detalhes esta obra já bastante estudada, mas chamar a atenção para o impacto que sua publicação exerceu tanto para a produção intelectual das décadas posteriores, quanto para a legitimação de projetos voltados para a integração do interior do país (ABREU, 1998; NASCIMENTO, 2003). Não se pode esquecer que entre as representações letradas e as práticas sociais existem óbvios vasos comunicantes.

O deslocamento do olhar proposto na obra de Euclides encontra-se na raiz das ideias encabeçadas, posteriormente, pelo movimento modernista nos anos 1920, cujos expoentes encarnaram, na prática, a busca pelo nacional e pela brasiliidade através de viagens de descoberta do Brasil³. Como apontou Antonio Cândido, a publicação de *Os Sertões* assinala um fim e um

³No alvorecer da década de 1920, interpretar e traduzir o Brasil já constituía tarefa básica a ser desempenhada pelo meio intelectual. Inspirados por esse clima de época, os integrantes do movimento modernista deram novo fôlego ao interesse pelo interior do país por meio da busca (intelectual e concreta) dos elementos constitutivos da identidade nacional. No ano de 1924, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Paulo Prado, Gofredo da Silva Telles e o poeta francês Blaise Cendrars empreenderam uma “viagem de descoberta do Brasil” com destino às cidades históricas de Minas Gerais. Poucos anos depois, em 1927, foi a vez de Mário de Andrade realizar sua incursão pela Amazônia e, entre 1928 e 1929, para o Norte e Nordeste do país, onde desenvolveu importante pesquisa etnográfica acerca da música e do folclore brasileiro. Os deslocamentos físicos (ou mesmo simbólicos e existenciais) desses artistas e intelectuais consistiam em um veio central para a própria configuração do modernismo, seja para as pesquisas estético-culturais empreendidas Brasil adentro, ou para as figurações

começo: “o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira (no caso as contradições contidas na diferença de cultura entre as regiões litorâneas e do interior)” (CANDIDO, 1980, p. 133).

Ainda cabe lembrar que as primeiras décadas do século XX foram palco de um número crescente de viagens e expedições protagonizadas por cientistas, geógrafos, sanitários, engenheiros-militares e outros funcionários do Estado, voltadas para o reconhecimento das regiões mais distantes dos grandes centros urbanos do litoral e precariamente articuladas à vida nacional. É o caso da Comissão Rondon (1900-1930) (MACIEL, 1998) e as expedições dos médicos sanitários do Instituto Oswaldo Cruz (década de 1910) (FIOCRUZ, 1992). Essas incursões foram responsáveis por percorrer enormes porções do espaço territorial do país, assim como por dar projeção nacional para a situação de isolamento ao qual o interior e seus habitantes se encontravam submetidos, em linhas com as ideias propostas por Euclides. A ampla divulgação dessas incursões, e dos materiais produzidos e coletados Brasil adentro, foi um fator importante para alimentar a curiosidade e o interesse intelectual em torno do interior, bem como dos temas relativos à expansão territorial e seus personagens.

Além das questões apresentadas acima, identificadas enquanto motores do movimento modernista, não se pode esquecer que a emergência do modernismo, marcado pela Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal de São Paulo, em fevereiro de 1922, não pode ser dissociada do cenário paulista de euforia e otimismo em torno do processo de modernização da capital, assim como do processo de construção de São Paulo enquanto importante marco da nacionalidade. Mais do que isso, a emergência do movimento—cujo mote inicial foi a emancipação da produção artística e intelectual brasileira—estava associada aos acontecimentos em torno do fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e à eclosão de movimentos nacionalistas em escala internacional. O cenário europeu de completa destruição pós-guerra produziu uma série de questionamentos sobre as concepções de mundo e de poder até então vigentes na Europa, bem como contribuiu para reorientar o olhar nacionalista tanto no âmbito da produção cultural quanto da política de Estado no Brasil.

O modernismo—epicentro das mudanças no plano artístico brasileiro—, procurou “inverter os postulados que associavam a Europa à civilização e o Brasil à barbárie, levando ao questionamento dos limites entre esses dois conceitos” (QUEIROZ, 2010, p. 66). Assim, a década de 1920 foi palco para a revisão de representações negativas sobre o interior do país e sua população mestiça, contribuindo para o processo de erosão das interpretações nacionais “europeizadas” pautadas por determinismos raciais, geográficos e culturais (EL-DINE, 2010, p. 19-20). Essa nova sensibilidade, que ganhou novo fôlego com a emergência do movimento modernista, já vinha sendo desenhado desde o começo do século XX, com o diagnóstico euclidiano apresentado em *Os Sertões* (1902) e os relatórios dos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz na década de 1910.

Conforme assinalado por Eduardo Jardim, o período que vai de 1917 a 1924, identificado enquanto o primeiro tempo modernista, ficou marcado por uma certa coesão entre os intelectuais paulistas em torno da renovação dos preceitos estéticos na literatura nacional a partir do questionamento e do combate a literaturas passadistas⁴. Entretanto, em meados da década de 1920 começaram a aparecer as primeiras divergências entre os modernistas, fruto do deslocamento de sua atenção para o tema nacional (JARDIM, 2016, p. 41-43). A partir desse momento,

sintáticas, lexicais e temáticas que se traduziam em heróis itinerantes, tal qual Macunaíma. Sobre o assunto ver: Amaral (1997), Andrade (2002) e Lira (2005).

⁴De modo que foram essas as preocupações responsáveis por unir, na Semana de Arte Moderna, o diversificado grupo composto por Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Plínio Salgado, Victor Brecheret, Menotti del Picchia e Guilherme de Almeida, dentre outros. (JARDIM, 2016, p. 41-43).

o foco do movimento literário paulista passou a girar em torno da construção e da afirmação da identidade nacional do país. Essa mudança, que marcou o chamado segundo tempo modernista, foi responsável pela delimitação de dois grupos literários, ambos veiculados por meio de jornais, revistas e pela própria produção literária do período. Estamos nos referindo aos grupos *Verde-amarelo* e *Antropofagia* (QUEIROZ, 2010, p. 42–43).

Não é interesse das linhas que se seguem adentrar nas discussões sobre as divergências entre os grupos ou mesmo entre os integrantes do modernismo, sobre isso há bibliografia⁵. Nos interessa chamar a atenção para a seguinte questão: durante o segundo tempo modernista, o ponto fundamental do diálogo e da divergência entre as diferentes correntes e seus integrantes passou a se dar em torno das formas pelas quais se poderia definir o Brasil e a própria nacionalidade brasileira. Conforme Helaine Nolasco Queiroz, a “descoberta da nação” era imprescindível e legitimava as propostas estéticas de então (QUEIROZ, 2010, p. 12).

Ainda que a produção em torno do tema das bandeiras paulistas tenha sido especialmente intensa entre os *verde amarelos*, num primeiro momento a “épica bandeirante” operou, em certa medida, enquanto referencial pelo qual se guiou o grupo modernista como um todo, no início de sua investida na promoção de São Paulo em matéria de autoridade artística e intelectual (BERTELLI, 2009, p. 91–92). Entretanto, diferente da produção historiográfica bandeirante construída no interior das tradicionais instituições paulistas, o modernismo não se encontrava enraizado apenas nas pretensões hegemônicas sediadas na “capital bandeirante”, mas nas noções de renovação artística próprias dos anos 1920⁶.

Junto à eleição do bandeirante, os *verde amarelos* elegeram o próprio território nacional enquanto importante símbolo da nacionalidade brasileira. A dimensão continental do espaço territorial do país foi apresentada enquanto traço de sua originalidade e enquanto fator determinante para a história do país, inclusive da própria épica bandeirante. Conforme Monica Velloso, a associação “nacionalismo-território-heroísmo”, constituiu uma das bases do ideário *verde amarelo*, e foi por meio dela que o grupo estabeleceu a relação São Paulo-brasilidade (VELLOSO, 1993, p. 104). Essas questões podem ser percebidas, em maior ou menor grau, nas produções de diversos integrantes do grupo. Nos interessa, sobretudo, o poema *Martim Cererê* (1928) de Cassiano Ricardo (1895–1974)⁷, cuja leitura apresentada em torno do bandeirantismo serviu de base para a propaganda política estadonovista empenhada na legitimação da Marcha para o Oeste, da qual o próprio autor esteve à frente.

Em linhas com as preocupações mais gerais em torno da descoberta do país e da busca por sua nacionalidade, o poema modernista, publicado em 1928, procurou explicar, por meio da combinação de episódios históricos e de elementos do folclore nacional, a origem, o desenvolvimento e o significado do Brasil e de seu povo. Orientado por uma visão harmoniosa da mistura racial (marcada por uma igualitarização de fundo biológico associada à hierarquia das funções), e enquadrado no paradigma do bandeirismo, o poema apresentou o movimento em direção ao interior enquanto o valor fundamental da nacionalidade e a principal fonte de riqueza do país (RICARDO, 1928). Foi por meio dessa construção que São Paulo foi apresentada enquanto símbolo do Brasil, e por meio da qual Cassiano Ricardo justificou, na década de 1940, a legitimidade de um Estado forte, hierarquizado e de tonalidade corporativa.

⁵ Ainda que se possa falar de dois grandes grupos modernistas, é preciso notar que há importante produção dedicada a compreender as particularidades não apenas desses grupos, mas de seus integrantes. Mesmo que os integrantes de cada um desses grupos partilhassem, em maior ou menor grau, de algum alinhamento estético e até político, também havia divergências dentro dos grupos, sobretudo na *Antropofagia*, entre Oswald e Mário de Andrade. Sobre o assunto ver: El-Dine (2017), Botelho (2012) e Bertelli (2009).

⁶ Para uma análise sobre a produção historiográfica bandeirante construída no interior das tradicionais instituições paulistas ver: Cintra, Schneider e Beier (2021).

⁷ Para um balanço biográfico do autor, ver: Monteiro (2003).

Ainda que *Martim Cererê* seja apenas um dos diversos retratos do Brasil produzidos pelos modernistas na década de 1920, o alcance das ideias propostas na obra foi notável. O poema não apenas foi um grande sucesso de público, mas as interpretações e temas mobilizados em seu interior acabaram se fixando no imaginário popular das décadas seguintes por meio da própria propaganda política estadonovista empenhada na divulgação e legitimação da Marcha para o Oeste⁸. Entretanto, entre a publicação de 1928 e a apropriação das ideias propostas na obra durante o Estado Novo há um complexo processo, do qual o próprio Cassiano Ricardo é protagonista.

O poema *Martim Cererê* foi o texto precursor do ensaio sociológico *Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil*, publicado por Cassiano Ricardo no ano de 1940. Esta última obra foi responsável por consolidar a leitura ricardiana na qual o bandeirantismo—isto é, o movimento de adentrar o território—é apresentado enquanto traço da formação social e política do país⁹. Partindo da compreensão de que havia um modelo político moldado pelas heranças históricas deixadas pelas bandeiras, Cassiano Ricardo procurou autorizar o Estado Novo, regime autoritário que chamou a atenção para a necessidade da integração do espaço territorial do país, como parte de uma continuidade histórica.

É preciso notar que o processo operado por Ricardo empenhado na nacionalização do bandeirante, importante símbolo do regionalismo paulista, antes de servir aos interesses políticos do Estado Novo, atendia aos interesses e as pretensões hegemônicas sediadas na capital paulista. De modo que, a associação imediata entre a obra literária e as posições políticas desse intelectual não pode ser colocada como uma continuidade na qual o arcabouço discursivo do *verde-amarelismo* desemboca na elaboração das bases ideológicas do Estado Novo. Essa associação é, antes, fruto de um trabalho de apropriação do “mito bandeirante” empreendido pelos próprios integrantes do grupo verde-amarelo, sobretudo por Cassiano Ricardo ao longo das décadas de 1920 e 1930.

Anos 1940: a política de ocupação territorial da Marcha para o Oeste e os ecos do modernismo conservador

Com a emergência da política Marcha para o Oeste, a propaganda estadonovista e os discursos presidenciais passaram a investir nos nexos entre a identidade nacional e o movimento de conquista do território. O novo projeto de interiorização passou a ser associado à afirmação moderna da nacionalidade, bem como à promessa de uma nova realidade socioeconômica para o país, aliada ao desenvolvimento industrial. A ocupação territorial não era só um tema econômico, mas geoestratégico e nacional, com forte simbolismo na história do país. Assim, a associação entre a Marcha para o Oeste e a afirmação da nacionalidade foi um importante mecanismo utilizado para justificar não só a legitimidade do projeto, mas do próprio regime do Estado Novo¹⁰.

⁸Conforme Luiza Franco Moreira, o poema *Martim Cererê* obteve sucesso imediato de público, tendo marcado forte presença na vida cultural dos anos Vargas. Já em 1934, passados seis anos de seu lançamento, publicava-se em São Paulo a quarta edição da obra (uma nova edição a cada dois anos). Sendo um total de 12 edições, desde sua publicação até a morte do autor em 1974. A título de comparação, a autora aponta que foi apenas em 1937 que o livro *Macunaíma* ganhou sua segunda edição. Ver: Moreira (2001, p. 27).

⁹As ideias apresentadas na obra modernista de 1928 voltariam a ser mobilizadas em outras publicações antes de integrar o ensaio de 1940, tais quais o manifesto *Movimento Bandeira* (1935-1937), *O Brasil no Original* (1937) e textos e artigos publicados pelo autor em revistas e jornais do período. Sobre o assunto ver: Moreira (2001) e Coelho (2015).

¹⁰Conforme aponta Antonio Carlos Robert Moraes, a afirmação da nacionalidade consiste em uma importante estratégia para justificar a existência do Estado nacional e o seu exercício legítimo do poder em diversos períodos

Ao passo que a propaganda estadonovista e os discursos presidenciais divulgavam a imagem de uma grande comunidade que marchava junto rumo ao desenvolvimento brasileiro, o Estado organizava e conduzia o avanço autoritário pelo interior do país. A propaganda empenhada na divulgação da Marcha procurou mobilizar a dimensão mítica e simbólica do movimento de povoamento e colonização¹¹. É nesse sentido que a principal estratégia para a divulgação e para a legitimação do novo projeto de interiorização foi fundamentada no resgate do bandeirantismo. Nesses anos, a memória pública acerca dos antigos bandeirantes, estimulada há décadas pela produção historiográfica sediada na capital paulista, já se encontrava consolidada enquanto importante símbolo do movimento de expansão territorial do país.

Na década de 1940, essa tradição de pensamento, profundamente paulista, ganharia novas perspectivas. Junto à emergência da Marcha para o Oeste operou-se a reconfiguração do papel histórico dos bandeirantes¹². O Estado Novo procurou operar a nacionalização deste símbolo historicamente construído enquanto um personagem do regionalismo paulista. A mudança ficou expressa na máxima afirmada (e repetida) pelo Presidente Getúlio Vargas: “o verdadeiro sentido de brasiliade é a Marcha para o Oeste” (VARGAS, 1938, p. 125). A partir desse momento, o ímpeto de adentrar e conquistar novas terras, historicamente associado aos antigos moradores de São Paulo, passaria a ser apresentado enquanto um traço comum a todos os brasileiros, isto é, enquanto um traço do caráter nacional.

Cabe notar que o resgate do bandeirantismo e do culto ao “espírito bandeirante”, durante o projeto da Marcha, deve ser compreendido no interior do cenário político das décadas de 1930 e 1940. A instauração do regime estadonovista deu novos ares para a relação conflituosa entre o governo de Getúlio Vargas e as classes dominantes do estado de São Paulo. Após o golpe de 1937, o governo estadual paulista, por meio do interventor Adhemar de Barros, iniciou uma política de “braços dados” com o governo federal (LEOPOLDI, 2000).

Apesar do processo de aproximação política iniciado a partir de 1937, não se pode ignorar que os paulistas haviam ocupado a linha de frente da coalizão contra o governo instaurado em 1930, cujo momento máximo do anti-varguismo e do “paulistanismo bandeirante” ficou marcado pela eclosão de uma guerra civil no ano 1932. Isso posto, a eleição do bandeirante enquanto o grande personagem da Marcha para o Oeste e a mobilização das características a ele associadas enquanto importante traço da brasiliade, não parecem ter constituído escolhas fortuitas. Esse movimento é parte da estratégia do regime estadonovista para angariar o apoio político de São Paulo—maior centro industrial do país—in meio a nova diretriz político-econômica centralizadora e autoritária. Assim, evocar o “espírito bandeirante” como o cerne do novo projeto era evocar (ainda que ideologicamente) a centralidade de São Paulo na nova conjuntura político-econômica¹³.

A divulgação do conjunto de preocupações que valorizavam os esforços de integrar os sertões e toda a ideologia nacionalista e autoritária de integração nacional se deu, essencialmente, por meio do *Departamento de Imprensa e Propaganda* (DIP) que através do controle da comunicação buscava orientar as manifestações da cultura popular (VELLOSO, 2017) (VELLOSO, 2017). Criado em fins de 1939, o DIP foi a arma de maior eficácia da disseminação da ideologia

da história nacional. Ver: Moraes (2002, p. 79).

¹¹Esse investimento realizado em torno da construção da identidade nacional por meio da articulação com mitos em torno conquista do espaço territorial não foi uma exclusividade do Estado Novo ou da história brasileira, essa foi uma operação realizada de diferentes maneiras durante toda a história do país, bem como em outros países erigidos sob o signo da conquista de enormes espaços territoriais, como é o caso dos Estados Unidos. Sobre o assunto ver: Amado (1995) e Oliveira (2000).

¹²Sobre a utilização do neobandeirantismo para legitimação dos projetos lançados sob o signo da Marcha para o Oeste ver: Schneider e Almeida (2018).

¹³Sobre o assunto ver: Almeida (2022).

estadonovista, bem como da própria política da Marcha para o Oeste, por meio de publicações, programas radiofônicos e cinejornais. Ao passo que DIP era o órgão central que comandava o processo de divulgação do projeto político estadonovista e a censura nos meios de comunicação, atuando no âmbito federal e estadual por meio dos *Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda* (DEIP).

Durante esse período uma série de intelectuais paulistas passaram a integrar o aparato de propaganda e de cultura do novo regime, como foi o caso de Menotti Del Picchia—diretor do Serviço de Publicidade e Propaganda do Estado de São Paulo—, Cassiano Ricardo—diretor do DIP—, Cândido Mota Filho—diretor DEIP/SP—, entre outros. Interessa, sobretudo, chamar a atenção para Cassiano Ricardo, que ocupou a linha de frente da propaganda oficial do governo, com especial destaque para a divulgação da política da Marcha para o Oeste. Cabe destacar que antes de integrar o aparelho estatal do Estado Novo, o próprio Cassiano Ricardo (e grupo *verde-amarelo* como um todo) havia atuado no movimento de oposição varguista sediada em São Paulo no ano de 1932.

O ensaio *Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social política do Brasil*, de 1940, ocupou lugar central no processo de apropriação da historiografia bandeirante, ajustada pelo modernista *verde-amarelo* e ligada a legitimação do regime autoritário. A publicação, empenhada na nacionalização do bandeirantismo, procurou construir os nexos históricos entre o Estado Novo e as bandeiras do período colonial. Ainda assim, a obra, escrita por um paulista que havia integrado o movimento modernista, não deixou de exaltar São Paulo enquanto marco inicial da conquista territorial no Brasil. De modo que, o discurso “neobandeirante” produzido durante aqueles anos e ajustado em função das necessidades políticas dos anos 1940, não conseguiu se desvincular da centralidade que São Paulo ocupava no processo de ocupação territorial. Para Ricardo, teriam sido os paulistas os responsáveis por dar o ritmo da civilização brasileira rumo ao Oeste (RICARDO, 1970, p. 58).

A interpretação formulada no interior desta obra esteve na base da própria propaganda política estadonovista, bem como de diversos discursos presidenciais em torno da Marcha para o Oeste¹⁴. Foi por meio deste ensaio que Ricardo procurou consolidar sua leitura do bandeirantismo enquanto uma constante na sociedade brasileira, na qual a conquista territorial aparece como traço da excepcionalidade brasileira¹⁵.

A publicação de 1940, formada originalmente por um único volume de cerca de seiscentas páginas, passou a ser composto por dois volumes a partir de sua segunda edição. No decorrer da obra foram abordados diversos temas e questões em torno das bandeiras do período colonial, entretanto podem ser identificados dois importantes eixos de interpretação do fenômeno: um

¹⁴No mesmo ano da publicação, o próprio Presidente Vargas realizou uma série de viagens pelo interior do país com o objetivo de mobilizar o entusiasmo da população em torno do novo projeto de interiorização. As incursões pelo território nacional foram um momento chave para a divulgação da Marcha para o Oeste e ficaram marcadas por uma profunda carga simbólica. Ao percorrer de avião cerca de dezesseis mil quilômetros visitando cidades no Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país, Getúlio Vargas procurou incorporar o “espírito bandeirante” por meio da imagem do primeiro presidente a ter se deslocado do Palácio do Catete rumo ao Oeste do país. Nessas viagens, Vargas contou com uma comitiva presidencial da qual fazia parte um cinegrafista do DIP empenhado em registrar a incursão. Os materiais produzidos nessas viagens foram divulgados durante todo o regime estadonovista. Mais do que mobilizar a população brasileira em torno do novo projeto de interiorização, a divulgação desses materiais produzidos no interior do país tinham por objetivo divulgar a imagem do presidente responsável por estender o assistencialismo do Estado para o sertão sob a bandeira do desenvolvimento econômico e da justiça social. Junto a isso, a divulgação desses materiais atendia ao objetivo de consolidar os nexos entre a figura de Getúlio Vargas e as modernas práticas bandeirantes do século XX.

¹⁵Este aspecto da obra de Cassiano Ricardo levou a historiografia interessada no tema a estabelecer uma ponte entre sua produção e a produção de Frederick Jackson Turner sobre o processo de conquista da fronteira nos Estados Unidos. Sobre o assunto ver: Velho (1979).

empenhado em compreender sua origem social e outro sobre sua origem político-econômica. Cassiano Ricardo inicia a obra com uma discussão sobre os grupos sociais da colônia com vistas a localização e a caracterização do “grupo móvel do Planalto”. O autor ainda trabalha os nexos entre a bandeira e o cristianismo, e a bandeira e a coroa portuguesa. Também foram tratadas questões em torno da organização racial da bandeira, bem como do papel desempenhado por cada uma das raças nos adentramentos do período colonial. Por fim, com vistas à consolidação da argumentação na qual as bandeiras não seriam um evento extinto, mas um traço da identidade brasileira, Ricardo dedica alguns capítulos para trabalhar o “neobandeirismo” dos séculos XIX e XX.

O autor procurou lastrear na organização da sociedade colonial paulista o berço da democracia no Brasil. Segundo sua interpretação, seria possível observar na sociedade do planalto e nas próprias bandeiras o convívio harmonioso entre as três raças: o índio, o negro e o branco (ou mameluco). Assim, a democracia a qual Cassiano Ricardo faz referência, seria uma democracia social e não política¹⁶. Essa “democracia tipicamente brasileira” foi identificada nas bandeiras, na medida em que elas foram apresentadas por meio da miscigenação e da cooperação harmoniosa entre os elementos sociais constituintes das arrancadas do período colonial (RICARDO, 1959, p. 81–136). Esses elementos e preocupações podem ser identificados na obra modernista do autor publicada no ano de 1928.

Por meio da análise da organização e da estrutura interna das Bandeiras em toda a sua complexidade social e econômica, Ricardo construiu uma leitura na qual as Bandeiras foram interpretadas enquanto um Estado em miniatura, ou um “Estado-móvel”, e seus chefes enquanto verdadeiros chefes de Estado (RICARDO, 1959, p. 210–231). Conforme a leitura do autor, se por um lado, a hierarquização das cores não impedia o comportamento democrático do grupo, por outro, foi por meio dessa organização que Cassiano Ricardo procurou explicar sociologicamente como teria nascido no Brasil a ideia de governo forte e disciplinador. A busca por essa explicação sociológica constitui parte central da tese apresentada na obra. Foi por meio dessa construção que Ricardo identificou nas Bandeiras do período colonial os germes do autoritarismo estatal.

Assim, o ensaio de 1940 procurou demonstrar como o projeto de integração dos sertões do país, a instauração de um Estado forte e a presença de um líder autoritário, entre outras características do regime estadonovistas, podiam ser identificados nos primórdios da formação social e política das bandeiras do período colonial. Nessa leitura, o Estado Novo era interpretado enquanto o retorno do Brasil às suas fontes históricas, étnicas, econômicas e políticas. Em suma, o Estado Novo seria o reencontro do Brasil consigo mesmo.

Ao reelaborar esse mito tipicamente paulista, Cassiano Ricardo insistiu na sua transformação em “mito fundador da Nação” e do Estado moderno brasileiro, por meio do qual o espírito pioneiro e empreendedor do bandeirante foi associado à identidade nacional do país que novamente caminhava rumo ao interior, sob a disciplina de uma liderança forte—a do presidente Getúlio Vargas—com vistas a definitiva ocupação do seu território.

A construção da obra insiste, portanto, no sentido histórico, patriótico e nacionalista da Marcha para o Oeste dos anos 1940. É nesse sentido que a obra Cassiano Ricardo ocupa lugar central no processo de apropriação do discurso bandeirante ajustado às preocupações próprias daqueles anos, bem como na elaboração discursiva empregada na divulgação da Marcha e na legitimação do Estado Novo por meio da construção dos nexos entre o regime e as bandeiras do período colonial. Se por um lado, nos primeiros capítulos da obra, o autor procurou estabelecer um diálogo com a geração intelectual anterior, que pode ser identificada nas tradicionais

¹⁶Esse aspecto da obra de Cassiano Ricardo foi trabalhado por Neide Esterci. Sobre o assunto ver: Esterci (1972).

instituições culturais paulistas, nos capítulos finais da obra, em diálogo com o regime, o autor buscou definir seu próprio perfil como intelectual de convicções autoritárias, alinhado aos partidários do Estado Novo.

Considerações finais

Desde o início do século XX, o tema do interior ou do Oeste do país agregou mais e mais relevância, tanto no meio intelectual quanto político. Durante o Estado Novo, a máquina de propaganda política e a intelectualidade, vinculada ao regime, foram a espinha dorsal da legitimação da política de interiorização da Marcha para o Oeste. Conforme apontou Mônica Velloso, a dimensão ideológica estadonovista pode ser identificada numa doutrina de “obrigação política”, cujo objetivo era o envolvimento dos diversos setores sociais na política do Estado (VELLOSO, 1982, p. 71). É nesse sentido que se deve compreender a ampliação de cargos destinados a intelectuais comprometidos com a legitimação do regime autoritário.

O culto ao território nacional, o elogio ao bandeirantismo e o senso de urgência e de necessidade de se realizar a integração do Brasil do litoral e do Brasil do interior, constituem elementos comuns que unem ideias defendidas pelos verde-amarelos na década de 1920 e a política estadonovista da década de 1940. Se por um lado, o corpo doutrinário do governo procurou se apropriar do modernismo e estabelecer uma relação de continuidade entre o movimento e o regime, por outro, não se pode esquecer a forte identificação de alguns integrantes do movimento com o processo de modernização autoritária encabeçada a partir de 1937. Estes foram agentes ativos de um “projeto político-pedagógico, destinado a popularizar e difundir a ideologia do regime” (VELLOSO, 2017, p. 149). Nesse momento de mudança histórica profunda “a cultura foi entendida como suporte da política e, nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram” (CAPELATO, 2017, p. 125).

O alcance da interpretação e das ideias propostas por Cassiano Ricardo não pode ser resumida a mera publicação da obra de 1940, mas deve ser compreendido por meio da sua trajetória intelectual, bem como por meio da inserção do autor na máquina de propaganda estadonovista. Ainda que a obra tenha desempenhado importante função ao consolidar a inserção de Ricardo em cargos dessa relevância, é preciso notar que a sua carreira no setor público já vinha sendo construída desde fins da década de 1920. Em 1928, ano da publicação de *Martim Cererê*—obra que marcou a consagração do autor no meio modernista paulista—o autor foi nomeado Censor Teatral e Cinematográfico do Gabinete de Investigação, da Repartição Central de Política pelo Presidente do Estado de São Paulo. Inclusive, durante a guerra civil de 1932, diversos poemas de *Martim Cererê* foram reapropriados como o canto da liberdade paulista. Isso posto, destaca-se a profunda conexão entre Cassiano Ricardo e importantes segmentos políticos e intelectuais da sociedade paulistana.

Ainda que Cassiano Ricardo seja, por vezes, apresentado enquanto ideólogo estadonovista, ou seja, que sua interpretação do bandeirantismo enquanto símbolo da identidade nacional do país tivesse sido formulada em função (ou sob a orientação) do regime, é preciso notar que antes de servir aos interesses políticos do Estado Novo, a apropriação do símbolo bandeirante como representação nacional foi realizada para defender um “projeto paulista de nação”, operação ligada aos interesses e as pretensões hegemônicas sediadas na capital paulista.

A identificação dos expoentes da ala verde-amarela com o governo de Getúlio Vargas ocorreu somente após a instauração do regime centralizador e autoritário, apresentado a partir de 1938 sob a égide da conquista territorial. É nesse sentido que, ainda que o ensaio de 1940 tenha sido formulado com vistas a legitimação do regime autoritário do Estado Novo, o processo operado para a nacionalização de um símbolo historicamente associado ao regionalismo

paulista, não deixou de evocar a conquista territorial dos bandeirantes enquanto uma obra dos homens de São Paulo. Ao apresentar que a “brasilidade” estaria ligada a um longo processo histórico, iniciado pelos antigos moradores de São Paulo, cujas atitudes e comportamentos caracterizariam a “alma brasileira”, a obra de Ricardo insistiu no sentido patriótico e nacionalista do projeto de interiorização daqueles anos, ainda que sem perder de vista a centralidade da participação de São Paulo nesse processo.

Essas são questões fundamentais para se compreender o alcance político das ideias defendidas pela corrente modernista conservadora durante o Estado Novo. Conforme visto, o culto ao território nacional, o elogio ao bandeirantismo e o senso de urgência e de necessidade de se realizar a integração do Brasil do litoral e do Brasil do interior, marcas da política estadonovista, foram ideias defendidas pelos *verde-amarelos* décadas antes.

Ainda que os integrantes associados ao grupo *Antropofagia*, tenham gozado de maior repercussão e adesão intelectual e cultural a longo prazo, foi a ala conservadora verde-amarela que, nas décadas imediatamente posteriores, desfrutaram de alta adesão política, sobretudo da direita nacionalista durante o governo de Getúlio Vargas. Conforme apontou Antonio Cândido, ao passo que Oswald e Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, entre outros, receberam importante atenção no âmbito da produção acadêmica, os modernistas do grupo nacionalista *verde-amarelo*, como Cassiano Ricardo, Mennuti del Picchia e Plínio Salgado receberam tímida atenção, sobretudo em decorrência da associação a políticas conservadoras, quando não reacionárias, desses modernistas (CANDIDO, 2001, p. 17). A forte identificação desses sujeitos com o processo de modernização autoritária encabeçada a partir do Estado Novo fez com que suas produções, mesmo aquelas da década de 1920, ficassem associadas às questões políticas de períodos posteriores.

Por fim, interessa-nos destacar que o modernismo, enraizado em preocupações e questões próprias da década de 1920, foi um movimento de alta relevância para a construção da agenda em torno do Oeste brasileiro que, na virada da década de 1930 para 1940, tornou-se uma verdadeira obsessão, não apenas do Governo Federal, mas também da própria sociedade paulista, dando novo fôlego aos adentramentos interessados na exploração do território nacional.

Referências

- ABREU, R. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco e Funarte, 1998.
- ALMEIDA, T. F. d. *Modernos bandeirantes, antigos interesses: a Expedição Roncador-Xingu e a conquista da Fronteira Oeste (1938–1948)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-SP, São Paulo.
- AMADO, J. Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos EUA. In: PIMENTEL, S. V.; AMADO, J. (Org.). *Passando dos limites*. Goiânia: UFG, 1995.
- AMARAL, A. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- ANDRADE, M. d. *O turista aprendiz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.
- BERTELLI, G. B. *República Pau-Brasil: política e literatura no modernismo de Oswald de Andrade*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- BOTELHO, A. *De olho em Mário de Andrade: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Claro Enigma, 2012.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

CANDIDO, A. Prefácio. In: MOREIRA, L. F. **Meninos, Poetas e Heróis**: aspectos de Cassiano Ricardo do Modernismo ao Estado Novo. São Paulo: Edusp, 2001.

CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. d. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 2.

CINTRA, J. P.; SCHNEIDER, A. L.; BEIER, J. R. **Affonso Taunay e o Museu Paulista: um projeto de memória (1917-1945)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

COELHO, G. L. S. **O bandeirante que caminha no tempo: apropriações do poema Martim Cererê e o pensamento político de Cassiano Ricardo**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

_____. **Marcha para o Oeste: entre teoria e prática**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

EL-DINE, L. R. Z. **A alma e a forma do Brasil: o modernismo paulista em verde-amarelo (anos 1920)**. 2017. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

_____. **Raça, História e Política em Alfredo Ellis Jr. e Cassiano Ricardo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória.

_____. Sertão, formação do território e incursões ao interior no pensamento verde-amarelo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais**. São Paulo: ANPUH, 2011.

ESTERCI, N. **O mito da democracia no país das bandeiras**. 1972. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. d. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 2.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. **A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1992.

JARDIM, E. **A brasiliade modernista: sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: PUC-Rio e Ponteiro, 2016.

LEOPOLDI, M. A. P. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira: As associações dos industriais, a política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIRA, J. T. C. d. Naufrágio e Galanteio: viagem, cultura e cidades em Mário de Andrade e Gilberto Freyre. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 57, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000100009>>.

MACIEL, L. A. **A Nação por um fio: Caminhos, Práticas e Imagens da Comissão Rondon**. São Paulo: EDUC, 1998.

MONTEIRO, A. M. **Cassiano: fragmentos para uma biografia**. São José dos Campos: Univap, 2003.

MORAES, A. C. R. d. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, L. F. **Meninos, poetas e heróis: aspectos de Cassiano Ricardo do modernismo ao Estado Novo**. São Paulo: Edusp, 2001.

NASCIMENTO, J. L. **Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos.** São Paulo: Editora Unesp, 2003.

OLIVEIRA, L. L. **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA.** Belo Horizonte: UFMG, 2000.

QUEIROZ, H. N. **Verdeamarelo/Anta e Antropofagia: narrativas da identidade nacional brasileira.** 2010. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – UFMG, Belo Horizonte.

SCHNEIDER, A. L.; ALMEIDA, T. F. d. A Expedição Roncador-Xingu: (novos e velhos) bandeirantes na conquista da Fronteira Oeste. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 3, p. 243–287, 2018.

VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato.** São Paulo: Difel, 1979.

VELLOSO, M. P. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89–112, 1993.

_____. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: GOMES, A. M. C.; OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P. **Estado Novo: ideologia e poder.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. d. A. N. (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 2.

Fontes

RICARDO, C. **Marcha para Oeste: a influência da “bandeira” na formação política e social do Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959. v. 2. (1^a edição 1940).

_____. _____. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1970. v. 1. (1^a edição 1940).

_____. **Martim Cererê.** 28. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015. (1^a edição 1928).

VARGAS, G. No limiar do ano de 1938 (Saudações aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite do dia 31 de dezembro de 1937).

In _____. **A Nova Política do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938. v. 5, p. 125.

Recebido em 10 nov. 2022. Aprovado em 19 nov. 2022.

